

Os princípios do sistema internacional no Oriente Próximo antigo: redistribuição e reciprocidade¹

The principles of international system in the Ancient Near East: redistribution and reciprocity

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2017v6.n2.p79](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v6.n2.p79)

Rodrigo Corrêa Teixeira²
Marina Scotelaro³

Recebido em 17 de agosto de 2018
Aceito em 17 de agosto de 2018

RESUMO

Com base na análise do arquivo denominado *Cartas de Amarna*, que menciona um movimento de mercadorias entre o Egito e os grandes estados de seu entorno, o artigo propõe uma distinção entre os dons habituais entre reis e os dons enviados por uma razão de comércio entre excedentes produtos. O artigo destaca a correspondência com o Egito das grandes potências do período: Assíria, Babilônia, Mitani e Hatti (o reino dos hititas), bem como as cartas dos príncipes vassalos asiáticos do Faraó. Entre outras referências, utilizou-se o trabalho seminal de Mario Liverani (2003), baseado em um entrecruzamento de análise das fontes primárias ao longo de cinco séculos de relações internacionais (1600-1100 a.C.). Embora semelhante em muitos outros aspectos da civilização egípcia, o período de amarniense coloca dúvidas e evidências que permitem repensar a concepção convencional de sua história. Liverani (2003), adotando alguns conceitos da Escola Substantivista representada por Karl Polany (1957, 2000, 2012), sustenta que os países estrangeiros são provedores de bens para o Egito em diferentes formas - tais como “tributos”, “regalos” e “maravilhas” ou produtos exóticos - concluindo que é um comércio administrado, em vez de uma redistribuição burocrática, assim como uma abordagem ortodoxa entendia esse processo.

Palavras chave: Oriente Próximo Antigo, Sistema Internacional, Escola Substantivista.

ABSTRACT

Based on the analysis of the file called Letters of Amarna, which mentions a movement of goods between Egypt and the great states of its surroundings, the article proposes a distinction between the habitual gifts between kings and the gifts sent by reason of trade between surpluses products. The article highlights the correspondence with Egypt of the great powers of the period: Assyria, Babylon, Mitani and Hatti (the kingdom of the Hittites), as well as the letters of the Asian vassal princes of the pharaoh. Among other references, Mario Liverani's seminal work (2003) was based on a cross-section of analysis of primary sources over five centuries of international relations (1600-1100 BC). Although similar in many other aspects of Egyptian civilization, the Amarn

1. Trata-se de resultados preliminares do Projeto de Pesquisa “História das Relações Internacionais no Oriente Próximo Antigo”.

2. Mestre em História pela UFMG; Graduado e Doutor em Geografia pela UFMG; Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC Minas (rteixeira@pucminas.br).
ORCID: 0000-0002-9107-0498

3. Mestre em Política Social pela UFES; Bacharel e Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC Minas; Professora do Curso de Relações Internacionais do UNIBH (marinascotelaro@gmail.com).
ORCID: 0000-0002-4836-3586

period raises doubts and evidences that allow us to rethink the conventional conception of its history. Liverani (2003), adopting some concepts of the Substantivist School represented by Karl Polany (1957, 2000, 2012), maintains that foreign countries are providers of goods to Egypt in different forms - such as “taxes”, “gifts” and “wonders” or exotic products - concluding that it is a managed trade, rather than a bureaucratic redistribution, just as an orthodox approach understood this process.

Key-words: Ancient Near East, International System, Substantivist School.

Introdução

“Como o sistema internacional contemporâneo se tornou aquilo que é atualmente?” A partir dessa pergunta recorrente àqueles que lidam com a preocupação em torno dos fenômenos internacionais, delineiam-se outras questões: Em que momento da história mundial surgiram os primeiros sistemas internacionais? De que modo eles se desenvolveram? Como sucessivos processos espaço-temporais (geo-históricos) constituíram as mundializações? As referências para essas respostas são complexas, permeadas por interconexões e entrelaçamentos.

A sistematização teórica no campo de Relações Internacionais acerca das origens e dos fundamentos da ordem internacional é ainda um espaço em disputa. Este tema em específico – que condensa grande parte da problemática acerca do fenômeno internacional – dividindo espaço com outros objetos de pesquisa que se incorporaram ao longo do tempo de acordo com as transformações internacionais. E mais, não apenas as mudanças contemporâneas incitaram novos temas para o avanço das Relações Internacionais, mas descobertas acerca de uma “História anterior ao mundo moderno” vem se mostrando cômodas quando analisados pela perspectiva tradicionalista do campo, pois reforçam pontos de vista já conhecidos e que até se tornaram dogmáticos. A busca por outros acontecimentos históricos, para além daqueles circunscritos ao tempo e espaço anglo-europeu no contexto de Vestfália, cumpre o papel de ressignificar alguns entendimentos sobre possibilidades de ordem e mudança no sistema internacional. A compreensão de práticas sociais internacionais antigas, bem anteriores ao declínio do modo de produção feudal, tornou-se lugar comum em análises de Relações Internacionais cujo objetivo é identificar padrões de relacionamento entre unidades políticas não-estatais.

O tema deste trabalho se situa no debate sobre as origens do objeto formal do campo das Relações Internacionais, ou seja, na datação de quando se deram as primeiras práticas de interação entre unidades políticas reconhecidas como atores no âmbito internacional. A despeito de muitos analistas do campo situarem este debate no período do Império Romano ou do Império Chinês (COHEN, WESTBROOK, 2000), há uma perspectiva que aponta para o momento da Idade do Bronze como fundamental para as bases do que compreendemos hoje como Sistema Internacional. Este momento histórico que dura cerca de três milênios (entre aproximadamente 3300 a 700 a.C.) possui elementos que nos permitem entender tanto a mudança entre os principais centros de poder da região do Oriente Próximo⁴ (KAUFMAN, 1997) quanto os princípios ordenado-

4. Para se enquadrar historicamente o Oriente Próximo Antigo opta-se nesse trabalho pela chamada cronologia média por conveniência. Não foi necessário se remeter a outras datas que trouxessem dissonância a essa perspectiva. A denominada cronologia média, utilizada na maior parte dos trabalhos sobre o Oriente Próximo Antigo, situa Hamurabi entre 1792-1750, sendo essa referência para todo espectro cronológico adotado. Para outros temas do Oriente Próximo Antigo, além do sistema internacional de Amarna, existem argumentos bastante atrativos a favor de outras cronologias mais altas e mais baixas. Em geral, afirma-se que quanto mais remonta-se a tempos pretéritos, menos precisa é a cronologia e maiores são as divergências entre as distintas datas propostas (LIVERANI, 2016, p. 42).

res das relações externas entre as principais potências da região⁵. Ainda que as descobertas arqueológicas não tenham a capacidade de desvelar com propriedade todas as nuances do período, muitos achados como as cartas trocadas entre reinos na Idade do Bronze Final (1.600-1.100 a.C.) indicam práticas diplomáticas orientadas por uma hierarquia entre a região da Ásia Ocidental e do Egito faraônico⁶. Este trabalho se reporta a este último período especificamente, associado à documentação depositada em Tel El-Amarna⁷, na medida em que fornece elementos básicos para compreensão da configuração de um sistema internacional: práticas diplomáticas reconhecidas entre unidades políticas formais.

Para a academia de relações internacionais, este exercício apresenta um desafio fascinante. Ainda que estejam incompletas, as correspondências de Amarna contêm material suficiente que permite estudos sistemáticos com uma profundidade razoável acerca do primeiro Sistema internacional conhecido. É no período de Amarna que se observa pela primeira vez as Grandes Potências de todo o Oriente próximo, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico, interagindo entre si, engajadas em relações regulares de cunho dinástico, comercial e estratégico. O mecanismo para administração política deste conjunto interconectado de relacionamentos era a diplomacia de Amarna, um regime diplomático consistido em regras, convenções, procedimentos, e instituições que governavam a representação do e as comunicações e negociações do Grande Reino. (COHEN, WESTBROOK, 2000, p.4, tradução nossa⁸).

Reconhece-se, contudo, que tal abstração ou teorização acerca da possibilidade de que o período acima constitua um sistema internacional implica necessariamente em uma definição clara sobre o que é um sistema internacional em si. Desde o surgimento do campo nos anos 1950 até os dias contemporâneos, as perspectivas teóricas de Relações Internacionais tentam incorporar este nível de análise à suas proposições uma vez que será neste ambiente em que as unidades interagem. Independentemente do papel atribuído ao sistema internacional – ora resultado de práticas, ora conformador de práticas, ora em co-determinação com as mesmas –, é possível afirmar que existem alguns aspectos comuns no entendimento deste. O cuidado que deve ser tomado neste ponto é com interpretações anacrônicas se tomarmos como referência o mundo moderno de Estados nacionais. Para tanto, é preciso encontrar elementos específicos do contexto histórico em questão e inferir até que ponto existiu elementos estruturadores básicos para orientar as relações entre as diferentes unidades políticas existentes.

A partir das fontes existentes, um dos aspectos específicos problematizados para o entendimento da ordem entre os Estados do Oriente Próximo Antigo é o papel da economia na organização social da época, ou melhor, das relações econômicas internacionais. Sobre a existência de práticas diplomáticas entre os grandes reinos não há questionamento; o que se mostra como ponto de divergência entre autores que se debruçam sobre o tema é se o modelo de economia moderna se apresenta ou não como princípio ordenador das relações sociais entre os atores envolvidos no ambiente externo. Há uma corrente que transpõe a concepção de sociedade de mercado, ainda que em caráter primário ou pouco sistematizado, a este período. Com isso, argumentam que as bases econômicas fundamentadas em trocas – com o intuito de escolher racionalmente entre recursos escassos – fundamentariam as relações internacionais antigas.

5. Esclarece-se que aqueles que investigam essa região enfatizando o período moderno a chamam de “Oriente Médio”, enquanto os demais pesquisadores da história da região que a abordam antes da ascensão do Islã a chamam de “Oriente Próximo”.

6. Nas margens do Nilo a terra se torna negra e agricultável após a cheia, daí o Egito ser conhecido a época por “Kemet”, ou seja, “a terra negra” ou “terra dos pretos”. Esclarece-se que o termo “preto” não tem nessa perspectiva a conotação depreciativa que posteriormente adquiriu, sendo uma referência de distinção étnico-racial (LOPES, 2011, p. 245). A presença da agricultura, que remonta a milhares de anos, estava associada à noção de ordem e lei, gerando uma centralidade no mundo, que fora do vale reinava a desordem.

7. Amarna foi capital egípcia por pouquíssimo tempo, foi inaugurada em c. 1344 a.C. e abandonada em c. 1332 a.C. No entanto a documentação produzida e, sobretudo, que sobreviveu é extraordinária. São tabletes (ou tabuinhas) de argila, registradas em escrita cuneiforme no idioma acadiano, que era a língua oficial diplomática na época na região. Dos 382 tabletes conhecidos, dos quais 350 foram transliteradas e transcritas para a língua inglesa, inicialmente, por William Moran (1992), e a partir daí foi traduzida para a língua francesa (2004).

8. For the international relations scholar, this exercise presents a fascinating challenge. Although incomplete, the Amarna correspondence contains sufficient material to permit concerted study in reasonable depth of the first international system known to us. It is in the Amarna period that we observe for the first time the Great Powers of the entire near East, from the Mediterranean to the Persian Gulf, interacting among themselves, engaged in regular dynastic, commercial, and strategic relation. The mechanism for the political management of this interconnected set of relationships was Amarna diplomacy, a diplomatic regime consisting of rules, conventions, procedures, and institutions governing the representation of and the communication and negotiation between Great King.

9. Cabe um esclarecimento acerca da expressão “tribo”. Frequentemente as narrativas eurocêntricas apresentam as sociedades da África e do Oriente Médio como sendo organizadas a partir “tribos”. Tanto para o passado, quanto para o presente, quando se menciona conflitos nessas regiões, mediante o termo “conflitos tribais”, se tenta explicar as guerras enfrentamentos violentos, simplificando num reducionismo inaceitável a multicausalidade que ajudaria a compreendê-los. Muito relacionado com o fato tribal, outros elementos que caracterizam o imaginário são a imaturidade das sociedades africanas e do Oriente Médio de sua incapacidade para governarem-se por si mesmas. Sobre esse assunto, cf. Ranger (1997).

Contudo, as condições históricas da Idade do Bronze Tardia – em termos de volume de fluxos, de nível de tecnologia e produtividade, e, sobretudo, de objetivos pretendidos com as relações econômicas transfronteiriças – não é capaz de afirmar com assertividade os propósitos racionalistas dessas práticas comerciais.

Considerando que a forma de organização social que predominou no Oriente Próximo, antes de 8000 a.C., era essencialmente tribal⁹, a qual se caracterizaria por práticas ligadas a ideia de honra (POLANYI, 2012), o completo desaparecimento dessa modalidade em um contexto onde as mudanças se dão de forma paulatina não foi suficiente. Os escritos de Karl Polanyi levantam uma questão essencial para nossa análise: a ideia de economia substantiva. A racionalidade moderna em torno do aspecto de escassez na ideia de economia (moderna, ou formal) subsumiu características elementares da essência do homem. Sua subsistência é parte natural de um ser que está, por meio do trabalho, em constante interação com a natureza. Por tanto, a noção de economia substantiva relativiza as formas de interação social – podendo ser recíprocas, redistributivas e de trocas. O salto qualitativo dado por Polanyi neste aspecto reside na sua ideia de que as práticas devem ser historicamente contextualizadas uma vez que é o significado social imbuído a elas que fará a caracterização do papel da economia nas sociedades.

A validade deste trabalho, por sua vez, reside na tentativa de contribuir para o aprofundamento e sistematização do debate acerca de outras formações históricas nas quais se encontram as relações internacionais. Com exceção da contemporaneidade – entendida aqui desde os anos 1970 –, nenhum outro momento histórico foi capaz de integralizar todas as formações sociais existentes em um único sistema internacional. Entretanto, é inegável a existência milenar de práticas regulares e valorativas entre distintos povos para além de suas fronteiras organizadas a partir de hierarquias – ora reconhecidas como tal, ora mascaradas por sistemas legais (ordem vestfaliana em diante). A história do sistema internacional é bem anterior à formação do Estado moderno, e a relevância de recuperar estes pontos e compreender outros princípios e valores para pautar o relacionamento entre os atores demonstra que o sistema anárquico não é a única possibilidade de resguardar a soberania dos Estados. Assim, este trabalho gira em torno da hipótese de que as relações hierárquicas no Período Amarna eram legitimadas pelos atores ao ponto de ordenar o sistema por um longo período, cerca de 500 anos – ainda que houvesse trocas de hegemonias, sem se basear em princípios econômicos formais externos à natureza humana. Ao mesmo tempo, essa naturalização das necessidades do homem estava muito mais próxima à humanidade do que o descolamento economicista moderno racional.

A partir desse quadro, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma primeira aproximação e entendimento do período da Idade do Bronze Final, a dizer, da relação estabelecida entre os reinos do Egito antigo e da Ásia Anterior, a partir das leituras sobre economia substantiva de Karl Polanyi (2012). Inicialmente, será realizada uma discussão em torno do que aqui se compreende como Sistema Internacional e como a caracterização do período em análise fornece elementos para considerar Amarna

como um dos sistemas precursores da Idade Moderna. Em seguida, será discutido como as concepções de Karl Polanyi e de seus intérpretes sobre a antiguidade são mais adequados para entender o funcionamento deste sistema quando comparados a interpretações de economia política moderna. As fontes bibliográficas utilizadas foram cartas de Amarna traduzidas (RAINEY, 2014) do acadiano (idioma diplomático do período); análises históricas sobre o Oriente Próximo Antigo; e, sobretudo, escritos de Karl Polanyi sobre economia substantiva e antiguidade e outros trabalhos que discutem a perspectiva deste autor.

As práticas em Amarna como Sistema Internacional

Esta seção tem como objetivo discutir como podemos inferir do período de Amarna uma configuração de sistema internacional. Os trabalhos que caracterizam o período e que são utilizados neste trabalho sistematizam uma série de elementos existentes a partir das relações diplomáticas indicando uma ordem sistêmica definida (COHEN, WESTBROOK, 2000; MORAN, 1992). Entretanto, ainda é um tema pouco explorado nas Relações Internacionais, e, com isso, recuperar alguns apontamentos faz-se necessário para que se evidencie o potencial analítico deste objeto para o referido campo de estudos. Com isso, não pretendemos dizer que há poucas publicações acerca do tema, mas que ainda há a necessidade de incorporar substancialmente as práticas internacionais do Oriente Próximo Antigo à discussão sobre Sistemas Internacionais. Para tanto, após apresentarmos as características básicas do período amarniano, ilustraremos as possibilidades de incluir este objeto na discussão sobre sistema internacional, redefinindo o eixo e o ponto de partida das análises existentes.

Sob o ponto de vista geo-histórico, a principal característica desta região é a sua acessibilidade de todos os lados, causa dos mais importantes acontecimentos históricos que nela se deram. De fato, o que tornou a essa uma das zonas mais estratégicas do mundo é o fato de cinco mares lhe servirem de pontos de acesso direto: o Mediterrâneo, a Mar Negro, o Cáspio, o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho. Seu papel desempenhado nas rotas afro-asiáticas é considerável, conferindo um valor econômico de ser zona de passagem e trânsito. Os aspectos desta importante função econômica evoluíram com o tempo, desde a era das caravanas e da navegação de mares fechados até a navegação oceânica. Há uma forte tendência das cidades principais da região se acharem à margem dos rios, em pontos favoráveis à sua travessia, ou na vizinhança, porque, embora servidas às margens por canais, devem ser evitadas as enchentes por meio de extensos diques de barro, nos pontos povoados (ZAHREDDINE, TEIXEIRA & LASMAR, 2011).

A referência ao período da Idade do Bronze Final, de 1.600 a.C. a 1.100 a.C., ao nome de um “Sistema Internacional de Amarna” é atribuído ao fato de ter sido encontradas cartas nesta região do Egito antigo, sua capital abandonada, local do palácio do Rei Amenhotep IV (ou Akhenaton)¹⁰. Foram encontradas mais de 350 cartas trocadas na metade do século 1400 a.C. entre a corte egípcia e outros estados do Oriente Próximo Antigo. Um quinto das cartas constituem correspondências internacio-

10. Sobre Akhenaton, Nefertini e Tutancâmon, além da própria construção de Amarna e as manifestações religiosas ligadas a ela, cf. Collins e Ogilvie-Herald (2004). Registre-se a importância do tema: “Akhenaton e sua reforma constituem um dos temas preferidos em Egiptologia e, ao mesmo tempo, talvez o que, desde o século XIX, vem despertando no pequeno mundo dos egiptólogos (mas igualmente entre muitas pessoas que não são egiptólogos) as controvérsias mais numerosas e também mais apaixonadas.” (CARDOSO, 2001, p. 115).

nais de cunho diplomático entre o Faraó e outras grandes potências; o restante diz respeito a correspondências administrativas enviadas por povos de Canaã da Ásia ocidental para a corte egípcia (MYNÁROVÁ, 2007; MORAN, 1992). As cartas podem ser compreendidas como documentos políticos, na medida em que representam uma tradição secular de relacionamento e comunicação para solucionar conflitos e alcançar seus objetivos (COHEN, WESTBROOK, 2000, p.3). A maneira como foram estabelecidas estas relações se baseou em um elemento de comunicação essencial: uma linguagem diplomática comum reconhecida para este objetivo.

A língua das cartas, também língua franca das relações internacionais da época, é o dialeto conhecido como periférico acadiano ocidental escrito em cuneiforme, sistema de escrita usado no Oriente Próximo Antigo (ou Acádio, ou melhor, o acadiano escrito em cuneiforme)¹¹. No entanto, existem algumas Cartas de Amarna em outras línguas, como por exemplo, a língua hurriana, do povo *hurrita*, que vivia no extremo norte da Mesopotâmia, correspondente ao norte da atual Síria. Tal fato indica sua natureza policultural, uma vez que as línguas nacionais não eram subsumidas à língua diplomática internacional. A escolha por uma língua padrão para relações entre diferentes reinos por si já demonstra um meio para construir uma realidade intersubjetiva naquele mundo (COHEN, WESTBROOK, 2000, p.10). O valor intrínseco dessa prática é a capacidade de manutenção de um sistema internacional viável durante meio milênio onde coexistiam diferentes culturas, sem uma cultura dominante sobre outras culturas menores – como o sistema internacional eurocêntrico de ideias e valores civilizatórios. Tal especificidade do Sistema Internacional de Amarna não faz frente somente à configuração do sistema moderno de Estados, mas também pode ser um indicativo do desenvolvimento de relações internacionais no mundo antigo. Apesar de algumas práticas em termos de regras e convenções internacionais na região da Mesopotâmia nos séculos anteriores à Amarna, basicamente circunscritos à Síria e a Babilônia, a Era de Amarna, em contrapartida, caracterizaria uma diplomacia horizontalizada, expandida em todo o Oriente Próximo Antigo, conformando um “clube” no qual as unidades políticas dividiam responsabilidades e privilégios (COHEN, WESTBROOK, 2000, p.11).

Todo o período imperial de Amarna estava baseado em grupos étnicos distinguidos de seus vizinhos pelos mesmos fatores que diferenciam os grupos étnicos atuais: língua, religião, terra natal, normas políticas e legais, e outros traços culturais. Bem como as distinções étnicas modernas, as distinções antigas nem sempre eram puras: os Hititas, por exemplo, usavam duas línguas escritas diferentes e eram etnicamente ligados aos Arzawans, seus vizinhos do Oeste. Não obstante, onde existiam, um senso de unidade etnocultural constantemente provia parte da ligação que mantinha os estados antigos unidos. (KAUFMAN, 1997, p.194-195, tradução nossa¹²).

Ainda que o período fosse marcado por algumas transições de hegemonia, essa dinâmica não manifestava instabilidade para o ordenamento deste sistema. O colapso que se deu a partir do século 1100 a.C. não ocorreu por contradições internas, mas por forças intrusas, externas ao funcionamento do grupo de potências.

Para compreender estes processos, um dos aspectos cruciais para o entendimento das relações internacionais existentes em um determinado

11. Esclarece-se que a questão do uso de uma ou mais línguas com caráter diplomático na região é complexo: “O meio de comunicação é a língua babilônica, com o suporte gráfico da escrita cuneiforme, como já acontecia no período de Mari. O uso da língua babilônica chega até o Chipre e o Egito, e é usado como ‘terceira’ língua entre interlocutores não babilônicos: por exemplo, os pequenos reis cananeus escreveram em babilônico ao faraó, e vice-versa. Ainda se adotam vocábulos bilíngues e plurilíngues, mas com uma diferença em relação às experiências consolidadas, ou seja, no passado tais vocabulários eram limitados a âmbitos bilíngues (sumério e acádio no terceiro milênio, hurrita e hitita na Anatólia), mas agora são adotados também em âmbitos rigidamente monolíngues, com o único objetivo de controlar a língua diplomática (vocabulário egípcio-acádios de el-Amarna). Além dos vocabulários, instrumentos da escola, existem os intérpretes, instrumento de comunicação direta. Essa categoria é atestada desde o terceiro milênio, mas nunca esteve tão atarefada como agora.” (LIVERANI, 2016, p.393).

12. All Amarna period empires were based on ethnic groups distinguished from their neighbors by the same factors that differentiate ethnic groups today: language, religion, traditional homeland, political and legal norms, and other cultural traits. Like modern ethnic distinctions, ancient ones were not always neat: the Hittites, for example, used two different written languages and were ethnically related to the Arzawans their neighbors to the west. Nevertheless, where it existed, a sense of ethnocultural unity often provided part of the glue that held ancient states together.

período tem sido a caracterização das relações entre unidades políticas minimamente autônomas. As primeiras décadas do campo das Relações Internacionais apresentaram uma série de contribuições teóricas acerca de uma delimitação de fatores que devem ser identificados na constituição de um sistema internacional¹³. Contudo, a dificuldade em acordar uma clara na identificação e estudo de sistemas internacionais específicos resultava em incertezas metodológicas e conceituais devido a generalizações, reificação de abstrações, dentre outros aspectos (YOST, 1979, p.153-154). O constante questionamento do princípio ontológico das Relações Internacionais em Vestfália (CARVALHO, 2011) também implica em uma redefinição do sistema internacional para além de relações *interestatais*. Embora este debate possa já ser percebido no texto de Martin Wight na década de 1970 (WIGHT, 1977), a retomada das análises sobre o período do Oriente Próximo Antigo vem sendo sistematizada ao longo da última década com as análises das cartas do período de Amarna.

O texto de Wight é particularmente interessante na medida em que já aponta para a possibilidade de compreender as relações externas naquele período como um “proto-sistema” de Estados, limitado em termos de escala e constituído por impérios interligados por relações de suserania (WIGHT, 1977, p.25). Seus apontamentos favorecem análises sobre sistemas de “Estados” históricos na medida em que fornece outros pontos de partida, críticos, para o entendimento deste aspecto da disciplina. A importância do contexto histórico neste ponto favorece uma apreensão mais próxima à realidade estudada, sem incorrer em riscos de abstração sobre as polaridades e a estabilidade dos sistemas. Tomar como dado a estabilidade ou instabilidade do sistema de acordo com a existência de uma bipolaridade ou multipolaridade traz vulnerabilidades às diversas construções teóricas (YOST, 1979, p.164). Ainda que o período aqui tratado não seja composto por unidades estatais soberanas, entender que não são parte do sistema moderno já o resguarda de análises sincrônicas, e consequentemente anacrônicas, das relações político-culturais e socioeconômicas internacionais.

Permitir que os próprios elementos se desvelem não depende necessariamente de um arcabouço teórico específico e fechado em si cientificamente. Reconhece-se que há diversas perspectivas teóricas das Relações Internacionais sobre como o sistema internacional pode ser entendido e as implicações que o sistema causa na ação dos atores (ou apenas seu reflexo). As relações entre estes diferentes níveis de análise devem ser compreendidas à luz da historicidade estudada, e não sua imposição analítica imediata.

[...] Sistemas variam não apenas de multi- para bi- ou talvez unipolaridade, mas de uma extrema consolidação (hegemonia imperial), por meio dos sistemas de balanço de poder (com números variados de “polos”), à fragmentação extrema (dividido em várias unidades sem polos), com muitas gradações possíveis neste intermédio. Diferentes níveis de consolidação do sistema promovem diferentes tipos e níveis de ordem internacional. (KAUFMAN, 1997, p.174, tradução nossa¹⁴).

Esta referência traz à tona a possibilidade de apreensão de novas práticas sistêmicas diferentes daquelas referentes aos séculos na emergência da modernidade, nos quais igualmente, não haviam ocorrido até então revoluções tecnológicas, econômicas e sociais.

13. Ver Kaplan (1957); Hoffmann (1961); e Aron (2002)

14. Systems vary not just from multi- to bi- or perhaps unipolar but from extreme consolidation (imperial hegemony), through balance-of-power systems (with varying numbers of “poles”), to extreme fragmentation (splintering into many units with no poles at all), with many possible gradations in between. Differing degrees of system consolidation promote different dynamics in the international system, including different kinds and degrees of international order.



MAPA 1 – O Oriente Próximo Antigo, aproximadamente 1350 a.C.,

Fonte: SAEIDI, 2006, p.23.

O texto de Kaufman aponta com clareza as possibilidades de mudança no sistema de relações do Oriente Próximo Antigo, a dizer, durante a Idade do Bronze, proporcionando exemplos capazes de identificar princípios legitimadores como personalismo, “proto”-nacionalismo e imperialismo (Mapa 1). Estas mudanças foram identificadas cronologicamente de acordo com a emergência ou declínio dos impérios em interação ao longo destes milênios. Particularmente, o período de Amarna – diferente dos séculos anteriores quando se alternavam períodos de hegemonia entre impérios singulares – foi caracterizado por sistemas de balança de poder. Inicialmente (de 1500 a.C. a 1400 a.C.) alternavam os impérios do Egito e de Mitanni; em seguida (de 1300 a.C. a 1200 a.C.) o império Mitanni é suplantado pelos reinos Hititas e Assíria, que compõem junto ao Egito e à Babilônia um quadro multipolar entre proto-Estados; finalmente (1200 a.C. em diante), o Egito recua, o Estado Hitita é destruído, e o sistema de balança de poder entre Assíria-Babilônia-Elamite colapsa um século depois (KAUFMAN, 1997, p.187-188)¹⁵.

As cartas de Amarna especificamente são capazes de indicar um quadro histórico no qual a diplomacia e alguns princípios de soberania emergem. As definições territoriais entre os impérios eram demarcadas pelas diferenças étnico-culturais entre os reinos de Arzawa, Alashiya, Mittani, Babilônia, Hititas, Assíria e Egito. Apesar da supremacia egípcia à época (não absoluta) e a submissão de outros reinos na posição de vassalos, o sistema era predominante multipolar. A sustentação dessa interdependência possuía fontes de direito internacional por meio de tratados e representantes diplomáticos (SAEIDI, 2006, p.15). Os constrangimentos impostos, inclusive sobre a potência predominante, tinham forte base religiosa compartilhada, que legitimava a ordem. As práticas diplomáticas ilustradas pelas cartas indicavam o reconhecimento das funções desempenhadas por cada um dos reinos em um determinado momento histórico¹⁶.

Os indícios apresentados acima indicam padrões de relacionamento entre os povos existentes no Oriente Próximo Antigo de forma a

15. Neste ponto do texto, o autor apresenta uma série de mapas sobre as movimentações de reinos e sucessões de hegemonias no Oriente Próximo Antigo.

16. Sobre a contribuição das *Cartas de Amarna* (c. 1370-1350) para a compreensão do domínio e da ideologia egípcia sobre a Palestina, e inclusive contemplando as trocas comerciais entre eles (cf. LIVERANI, 2014, p. 36-56).

configurar o emaranhado de relações hierárquicas sobrepostas como um sistema internacional. Existem algumas possibilidades teóricas para além da especificidade das relações internacionais que tentaram compreender este fenómeno, uma vez que está além da ideia de Estado como ator unitário em um sistema anárquico baseado em territórios bem definidos que concentram o uso legítimo da força. Interpretar as relações sociais estabelecidas no plano diplomático incita uma análise sobre aspectos referentes ao valor intrínseco dessas sociedades. A “política externa” dos reinos foi claramente o resultado da interlocução entre processos internos e os constrangimentos externos (sua posição desempenhada no sistema). Este fenómeno multi-aspectual abriu espaço para outras contribuições que auxiliam em um entendimento mais holístico do período para além das visões tradicionalistas do campo.

Possibilidades interpretativas: Karl Polanyi e a Economia Substantiva.....

Apresentadas as potencialidades do objeto, procura-se trabalhar agora com aspectos específicos do que seria este sistema internacional de Amarna. A principal contribuição de Polanyi para discussão dos princípios ordenadores das relações sociais entre os povos no Oriente Próximo Antigo concerne às suas discussões sobre economia substantiva e a falácia economista da era moderna. Ele distingue a existência de uma economia humana geral de sua forma de mercado capitalista. As necessidades do homem, seus aspectos físicos, são condições inerentes a sua natureza. O comércio não é em si uma prática mercadológica; este só assume tal forma depois que os preços passam a determinar os mercados locais e os mercados externos. O mecanismo “oferta-procura-preço” determinou valorações e motivações ao ser humano a partir de uma criação moderna e institucional: o mercado. A transformação do trabalho e da terra em mercadorias a partir da expansão de mercados isolados foi determinante para a criação de um sistema autorregulado. A racionalização do económico não apenas determinou as características sociais dos indivíduos em relação a sua posição no mercado, como também submeteu outras instituições – governo, relacionamentos privados, o Estado. “A imposição dessa prática utilitarista deturpou fatalmente a compreensão que o homem ocidental tinha de si mesmo e de sua sociedade” (POLANYI, 2012, p.54).

Em Polanyi, a ideia de economia formal em termos de escassez e a racionalidade determinada em relação aos meios e fins contrasta com o outro significado existente que se relaciona, por sua vez, com a dependência do homem frente à natureza. A economia, nesta perceptiva substantivista, entende que os meios são materiais e possibilitam ao homem o alcance de suas necessidades básicas, não necessariamente materiais. Diferente da ideia de maximizar o alcance de bens, a economia substantiva se refere a um processo natural, e não a um processo de escolha.

O significado substantivo, por outro lado, não implica nem escolha nem insuficiência. A subsistência do homem pode ou não envolver a necessidade de escolha. Em geral o costume e a tradição eliminam a escolha e, quando esta existe, não precisa ser induzida pelos efeitos limitantes de nenhuma “escassez” de recursos. (POLANYI, 2012, p.72).

A diferença de apreensão do termo de economia não aparece apenas nas práticas clássicas de comercialização no mundo moderno, mas está presente em todas as ações sociais. A própria ideia de Estado moderno, e sua razão de Estado, estão imersas na ideia de limitação de acesso dos indivíduos à suas vontades.

A economia formal – considerando os fluxos comerciais como sua realização – não é capaz de institucionalizar as interações que servem ao princípio fundamental de toda a comunidade humana: sua auto-conservação. A economia substantiva, ao contrário, serve-se igualmente do movimento de trocas (os bens mudam de localização e de apropriação), mas com outro significado. O que a difere essencialmente da ideia de mercantilização é preeminência de seu *valor de uso*: as coisas só são úteis e passíveis de troca e movimentação na medida em que atendem a uma necessidade humana, ligada à noção de sobrevivência. O acúmulo não regula o comportamento dos agentes envolvidos. O processo é intrinsecamente empírico: o homem se comporta como um produtor de coisas úteis – coletor, cultivador, transportador; a natureza se coloca como obstáculo e facilitadora da transformação pelo trabalho humano (POLANYI, 2012, p.80). Esta concepção recupera a dignidade da ação humana, enquanto econômica, em termos de sua subsistência material. Sua institucionalização é uma prática histórica essencial para suprir as necessidades sociais de recursos materiais das sociedades.

Ambas as formas são características de um mesmo processo econômico, e as manifestações – ora mais substanciais, ora mais mercantilizadas – determinam empiricamente o lugar ocupado pela economia em uma dada sociedade. Os movimentos de bens e pessoas institucionalizados pelos processos econômicos indicam os padrões de integração da economia humana, podendo ser recíproco, redistributivo ou de troca. A diferenciação exposta por Polanyi em torno dessas configurações é bem clara:

Poderíamos pensar nas formas de integração como diagramas que representam a movimentação de bens e pessoas na economia [humana], quer essa movimentação consista em mudanças de localização, de apropriação ou ambas. Vista como uma forma de integração, a reciprocidade descreve o movimento de bens e serviços (ou a maneira de dispor deles) entre pontos correspondentes de um agrupamento simétrico; a redistribuição representa um movimento para um centro e, depois, para fora dele, quer os objetos sejam fisicamente deslocados quer se altere apenas a maneira de dispor deles; e a troca representa um movimento semelhante, mas nesse caso, entre dois pontos dispersos ou aleatórios do sistema. (POLANYI, 2012, p.84).

Difícilmente os tipos acima se encontram na forma pura quando observadas as relações sociais e econômicas das unidades políticas e nas interações entre as mesmas. Ademais, a posição de cada agente não implica numa semelhança de poder, mas no reconhecimento da posição ocupada na relação. Com isso, evidencia-se o potencial da concepção de economia substantiva uma vez que resguarda as diferentes características dos atores sem igualá-los formalmente em termos racionais como o faz a economia formal.

Uma das preocupações centrais de Karl Polanyi (2000) era entender a racionalidade de mercado que emerge no século XIX, e por isso o entendimento de uma economia falaciosa era essencial para a compreensão

do fenômeno. Para formular sua ideia de economia substantiva, Polanyi recorreu a exemplos históricos muito anteriores ao período moderno, com o intuito de demonstrar como as sociedades se mantinham sobre princípios de economia humana. Em 1957, em colaboração com outros dois autores, publicou o livro *Trade and Market in the Early Empires*, em que discorriam sobre as alternativas configurações econômicas e seu papel nas sociedades e nas civilizações antigas. Já nesta obra, Polanyi ressalta a ausência de elementos de mercado no Império Babilônico de Hammurapi, imediatamente anterior ao período de Amarna (1700 a.C.). A sistematização dessas ideias está presente em uma outra publicação, uma edição organizada em 1977, *A subsistência do homem*. Em determinado momento, alguns escritos elencados na composição deste volume fazem menção direta às relações entre os impérios egípcios e babilônicos na Antiguidade (POLANYI, 2012, p.89). Compreendido dessa maneira, os períodos históricos anteriores ao capitalismo tinham sua produção de bens e suas distribuições enraizadas em relações sociais não-econômicas, na medida em que este não se descolava das outras instituições existentes.

Em contraposição esta posição “substancialista” de Karl Polanyi, alguns autores entendem que os fluxos de bens e pessoas na Idade do Bronze já constituem um “proto-mercado capitalista”, uma vez que reconhecem a prática de preços, acumulação e negociações comerciais como princípios organizadores das relações externas e internas no período. O debate situado por Gunder Frank (1993) em torno da natureza dos processos econômicos na Antiguidade para as perspectivas formalistas/modernas daquelas primitivistas/substancialistas (na qual se categorizaria as análises de Polanyi). Os primeiros entendem que a análise econômica moderna é aplicável à economia antiga, enquanto os segundos negam a importância das relações de mercado, a acumulação de capital no mundo antigo (GUNDER FRANK, 1993, p.385). O grande fundamento utilizado para analisar os aspectos econômicos do período de Amarna, segundo os autores modernos, refere-se unicamente à troca como símbolo das relações entre os mercados internos e externos. O desenvolvimento e a complexificação das instituições políticas do sistema se dariam pela transformação das atividades produtivas. Como as outras possibilidades de se entender a economia humana são abandonadas, a falácia economicista descrita por Polanyi se insere naturalmente neste debate.

O fato de as sociedades naquele momento serem autárquicas (CARDOSO, 1998) abriu espaço para a justificativa das trocas externas como práticas de acumulação. A expansão comercial para além das fronteiras tinha como um dos objetivos a busca de bens e metais não disponíveis em sua região. Contudo, a perspectiva economicista vai além ao considerar que: 1) os preços variavam segundo o comportamento da demanda e oferta de tais bens; 2) no nível individual, os mercadores pautavam suas ações em mercados independentes; 3) o crescimento econômico ocasionado pelo progresso tecnológico definia os centros de poder; 4) a tributação sobre os bens circulados se devia pela regulamentação deste mercado (SILVER, 2007). O sistema de trocas já existia com padrões anteriores ao período referido, e compreender quais foram as origens do sistema se mostra fundamental. Como apontado no início deste trabalho, as sociedades envolvidas nas rela-

ções internacionais da região são originárias de povos tribais, cujas práticas de centralização já eram conhecidas, mas com outros objetivos de coesão social. Isso não implica automaticamente que a movimentação das commodities da época estava subjugada a maximização de riqueza.

Certamente, os tipos ideais de integração se mesclavam e variavam suas práticas de acordo com o nível de desenvolvimento da produção de determinado bem (MILEVSKY, 2009, p.131). Entretanto, é um erro histórico interpretar o baixo nível de integração econômica na época de Amarna a partir de aspectos de movimentação de mercadorias sem compreender o papel desempenhado por esses fluxos para a estabilidade sistêmica. Em suma, o que estes trabalhos colocam como práticas de comércio de longa distância, expansão econômica, desenvolvimento tecnológico e acumulação seriam processos naturais ou meios da realização capitalista. Contrariamente, a distinção que Polanyi traz a partir das diferentes perspectivas de integração clarifica que o contexto histórico de realização desses processos depende do valor atribuído a eles. O caráter político presente nas cartas do Sistema de Amarna e a dificuldade em encontrar indícios que comprovem categoricamente a existência de tais práticas de mercado reforçam uma aproximação à concepção polanyiana de organização social em torno de uma economia substantiva.

Além dos estudos acima apontados sobre o período (COHEN, WESTBROOK, 2000; MORAN, 1992; MYNÁROVÁ, 2007), chama-se a atenção para o estudo de Mario Liverani, *Relaciones internacionales em El Próximo Oriente antiguo, 1600-1100 a.C.* (2007), que faz uso das concepções de Polanyi para compreender as práticas legitimadoras do sistema internacional do período de Amarna. Naquele contexto, a identificação de uma “ideologia política global” era fundamental para compreender os acontecimentos políticos e econômicos do período (LIVERANI, 2003, p.35). Os fatores geopolíticos, os desenvolvimentos diacrônicos entre os reinos, as cosmovisões centralistas (no Egito) e multicêntricas (na região da Mesopotâmia) se realizam em um sistema de valores sociais e políticos dos impérios na Idade do Bronze Final. A dificuldade em inferir com exatidão o significado dos dados arqueológicos encontrados não mascara a complexidade das relações internacionais estabelecidas entre as unidades políticas existentes manifestadas nas relações diplomáticas das cartas.

Em termos de organização territorial mais amplo, é reconhecido que havia um sistema de centro e periferia, onde se destacam um país centro cuja confirmação se dá na sua posição como eixo central do mundo. Sua limitação fronteiriça possui um caráter dinâmico (de expansão para outras áreas do sistema em termos de influência) e outro estático (limitado ao seu centro político geográfico originário). A fronteira dinâmica é o que garante a posição de país central no sistema, ainda que nunca se realize plenamente (LIVERANI, 2003, p. 63) – na medida em que não há subjugação política de nenhuma ordem a não ser a consensual. A estrutura hierárquica estabelecida era recíproca, ainda que desequilibrada. A reciprocidade aparece aqui com a obrigatoriedade da grande potência em garantir os meios de sobrevivência dos impérios sob sua ordem, inclusive nos momentos de conflito (sobretudo quando de inimigos externos ao sistema) (LIVERANI, 2003, p.63).

O salto qualitativo na análise introduzida por Polanyi e vastamente explorada por Liverani reside no reconhecimento de que a “interdependência” entre os atores políticos no período de Amarna – as formações redistributivas e recíprocas – se manifestavam na circulação dos bens produzidos. A natureza da circulação destes bens neste período estava totalmente imbricada nas relações políticas entre os reinos distintos. O caráter redistributivo está nas origens das ascensões hegemônicas: o intercâmbio de bens se direcionava ao centro emergente, abastecendo-o. Em contrapartida, a ideia de reciprocidade já demonstra o amadurecimento da configuração política de um determinado momento histórico, uma vez que representa uma consciência de um sistema político policentrado (LIVERANI, 2003, p.200). No primeiro caso, há um comportamento imperialista mais identificado que padroniza as ações diplomáticas no período; quando em momentos de declínio ou transição, o equilíbrio entre na relação impelia a reciprocidade, dado o compartilhamento de perspectivas ideológicas (KAUFMAN, 1997). Isso é fundamental uma vez que não se despreza a guerra, mas até mesmo seu funcionamento se submeter às convenções externas.

A relação entre momentos mais redistributivos ou mais recíprocos entre os reinos e impérios do Egito e da Mesopotâmia demonstra que a racionalidade econômica formal não é predominante em nenhum momento histórico na Antiguidade. A ideia de acumulação proposta por autores economicistas para o entendimento do período mina o potencial analítico do fenômeno das relações internacionais antigas. Assim,

Ainda que a acumulação e a troca expressem modelos contrapostos, ambos se contrapõem ao consumo, uma noção que no Oriente Próximo antigo, à diferença das ideologias modernas de mercado, nunca aparece realizada. Um modelo de consumo ilimitado só era imaginável em sociedades dotadas de bens superabundantes, enquanto que nas sociedades que sofriam de escassez endêmica tratavam de ocultar os (inevitável) momentos do consumo e do uso. A acumulação anômala e a incessante circulação não são mais do que exorcismos contra as perspectivas negativas de escassez e fome. (LIVERANI, 2003, p.215, tradução nossa¹⁷).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo ressaltar a importância de uma reapropriação dos debates acerca das origens do sistema internacional a partir de um momento histórico definido na região do Oriente Próximo Antigo. Ainda que suas unidades políticas não possam ser classificadas a partir das categorias definidoras do Estado moderno, da mesma forma, o Sistema Internacional moderno não fornece as bases explicativas para compreender as relações externas desencadeadas na Antiguidade. O período de Amarna, entretanto, é composto por uma série de compartilhamento de valores, legítimos e estruturados das relações sociais à época, que permitiu uma sustentação estável das mesmas. Os documentos políticos do período – as cartas entre os impérios egípcio e aqueles presentes na Ásia ocidental – comprovam um sistema de comunicação diplomática cujo conteúdo desvela também princípios ordenadores regidos por uma natureza não capitalista.

17. Aunque la acumulación y el intercambio expresan dos modelos contrapuestos, ambos se contraponen al consumo, una noción que en el Próximo Oriente antiguo, a diferencia de las modernas ideologías del mercado, nunca aparece realizada. Un modelo de consumo ilimitado sólo era imaginable en aquellas sociedades dotadas de bienes superabundantes, mientras que las sociedades que sufren escasez endémica tratan de ocultar el (inevitable) momento del consumo y del uso. La acumulación anormal y la incesante circulación no son más que exorcismos contra las malas perspectivas de escasez y de hambre.

A forma como os povos da Idade do Bronze, e no caso analisado, na Idade do Bronze Final, inseriam-se no âmbito externo não era baseada por uma racionalidade de poder baseado na acumulação econômica. As práticas 'econômicas' representavam *uma* das instituições sociais ordenadoras das sociedades internas, e de igual maneira, eram externalizadas quando das relações entre os impérios. As hierarquias identificadas ao longo dos séculos do segundo milênio anteriores à Era Cristã não pressupunham uma exclusão das unidades políticas ou sua submissão completa, mas uma responsabilização mutuamente reconhecida dos papéis desempenhados pelas unidades do sistema. O potencial da análise de Polanyi, apropriada por Liverani, amplia a compreensão dos fenômenos de troca e comércio de longa distância: não podem ser entendidas como ações dispersas, estabelecidas entre atores aleatórios; mas como a realização de um sistema policultural internacional.

O que caracteriza as relações internacionais na Idade Bronze Final é uma totalidade que agrega as unidades políticas relevantes em suas regiões geográficas específicas, mantendo hierarquias fixas, mas com uma paridade de funções entre as mesmas com o intuito de manter um equilíbrio entre os poderes existentes. A não sobreposição das diferentes instituições sociais – políticas, culturais, econômicas – confere a este momento da Antiguidade um caráter muito particular. A inter-relação entre os ambientes internos e externos aos impérios determinaram a forma como o sistema se ordenava; mas, sobretudo, a importância de compartilhar valores acerca das combinações político-econômicas e socioculturais no plano externo é o que confere à especificidade do Sistema Internacional em Amarna.

Referências

- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: FUNAG, 2002.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Sete olhares sobre a antiguidade**. 2ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- CARDOSO, Ciro. De Amarna aos Ramsés. **Phoënix/UFRJ**. A.VII, p. 115-141, 2001.
- CARVALHO, Benjamin de, et. al. The big bangs of IR: The myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. **Millennium: Journal of international studies**, v.39, n.3, p. 735-758, 2011.
- COHEN, R.; WESTBROOK, R.. **Amarna Diplomacy: The Beginnings of International Relations**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000
- COLLINS, Andrew & OGILVIE-HERALD, Chris. **Tutancâmon: a conspiração do Êxodo**. São Paulo: Landscape, 2004.
- GUNDER FRANK, Andre Gunder, et al. Bronze Age World System Cycles [and Comments and Reply]. **Current Anthropology**, v.34, n.4, p.383-429, 1993
- HOFFMANN, Stanley, International Systems and International Law. In: KNORR, Klaus; VERBA, Sidney (eds.), **The International System: Theoretical Essays**. Princeton: Princeton University Press, 1961
- KAPLAN, Morton. **System and Process in International Politics**. New York: Wiley, 1957
- KAUFMAN, Stuart J. The Fragmentation and Consolidation of International Systems. **International Organization**, v.51, n.2, p. 173-208, 1997
- LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente: história, sociedade e economia**. São Paulo: EDUSP, 2016.
- LIVERANI, Mario. **Las relaciones internacionales en el Próximo Oriente Antiguo, 1600-1100 a.C.** Barcelona: Bellaterra, 2003.
- LIVERANI, Mario. **Para além da Bíblia: história antiga de Israel**. 2º ed. São Paulo: Paulus Editora / Edições Loyola, 2014.

- LOPES, Nei. Quemet. In: LOPES, Nei. **Dicionário de Antiguidade Africana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.
- MILEVISKI, Ianir. Local exchange in the southern Levant during the early Bronze Age: a political economy viewpoint. **Antiguo Oriente**: Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente, v.7, 2009.
- MORAN, William L. **Les Lettres d'El-Amarna**: correspondance diplomatique du pharaon. Paris: Les Éditions du Centre National de la recherche scientifique, 2004.
- MORAN, William L. **The Amarna Letters**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1992
- MYNÁROVÁ, Jana. **Language of Amarna - Language of Diplomacy**: Perspectives on the Amarna Letters. Prague: Czech Institute of Egyptology, Faculty of Arts, Charles University, 2007
- POLANYI, Karl, et al (ed.). **Trade and Market in the Early Empires: economies in history and theory**. Illinois: The Free Press. 1957
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.
- RANGER, Terence. A invenção das tradições na África colonial. In: HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997
- RAINEY, Anson F. **The El-Amarna Correspondence**: A New Edition of the Cuneiform Letters from the Site of El-Amarna based on Collations of all Extant Tablets. Leiden: Boston: Brill. Handbook of Oriental Studies. 2014
- SAEIDI, Shereen. International Political System and the Westphalian Paradigm: a Call for Revision. **Digest of Middle East Studies**, v.15, n.2, p.11–25, 2006
- SILVER, Morris. Redistribution and Markets in the Economy of Ancient Mesopotamia: Updating Polanyi. **Antiguo Oriente**, v.5, p.89-112, 2007
- WIGHT, Martin. **Systems of States**. New Jersey: Leicester University Press. 1977
- YOST, David. S. Review: New Perspectives on Historical States-Systems. **World Politics**, v.32, n.1, p. 151-168, 1979
- ZAHREDDINE, Danny; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; LASMAR, Jorge Mascarenhas. **O Oriente Médio**. Curitiba: Juruá, 2011.